



**PAUTA
PARA A 25ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 23 DE ABRIL DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 7, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Altera o artigo 6º da Resolução nº 576, de 1970, com alterações posteriores, que dispõe sobre o processo de eleição da Mesa Diretora.

2 - Projeto de resolução nº 8, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a criação de cargos em comissão no Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa (QSAL).

3 - Projeto de resolução nº 9, de 2015, de autoria da Mesa. Cria o Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SADAP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, institui o Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE) e disciplina a realização de audiências itinerantes.

4 - Projeto de resolução nº 11, de 2015, de autoria da Mesa. Cria o Gabinete da Corregedoria Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

5 - Projeto de lei Complementar nº 25, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a estrutura de pessoal dos gabinetes da Mesa e de Lideranças de Representação Partidária e cria cargos no Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa - QSAL.

6 - Projeto de lei nº 468, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cruzeiro como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 469, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arujá como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 470, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Biritiba Mirim como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 471, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Igaratá como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 472, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ferraz de Vasconcelos como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 473, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itaquaquetuba como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 474, de 2015, de autoria do deputado Abelardo Camarinha. Classifica Marília como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 475, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o "Dia de Conscientização do Mutismo Seletivo" no Estado.

14 - Projeto de lei nº 476, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Altera a redação da Lei nº 616, de 1974, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado.

15 - Projeto de lei nº 477, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Armando Lustrini" ao dispositivo de acesso situado no km 488+914m da Rodovia SP 320 - Euclides da Cunha, em Tanabi.

16 - Projeto de lei nº 478, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Ivo Ceron" ao dispositivo de retorno localizado no km 470,605 da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Tanabi.

17 - Projeto de lei nº 479, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Luiz Galego Dias" ao dispositivo de retorno situado no km 474+000m da Rodovia SP 320 - Euclides da Cunha, em Tanabi.

18 - Projeto de lei nº 480, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Dispõe sobre orientações de memória histórica.

19 - Projeto de lei nº 481, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Roseira como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 482, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Dá a denominação de "Ecinoelia Sales Oliveira" à futura Delegacia de Defesa da Mulher de Itapevi.

21 - Projeto de lei nº 483, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Institui o passe livre dos professores da rede pública estadual no sistema de transportes coletivos intermunicipais, por rodovias, hidrovias, ferrovias e os veículos leves sobre trilhos - VLT, nas Regiões Metropolitanas do Estado.

22 - Projeto de lei nº 484, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Institui a "Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos".

23 - Moção nº 26, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes, em especial o Ministério da Saúde, a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis a fim de: 1) garantir a dispensação de fraldas descartáveis aos hipossuficientes portadores de doença ou deficiência que cause incontinência; e 2) revogar o inciso II do artigo 26 da Portaria nº 971, de 2012, que proíbe a venda das fraldas supracitadas a pessoas com idade inferior a 60 anos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 460, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Isabel como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 461, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Dispõe sobre as informações a serem prestadas aos consumidores de telefonia móvel pós-paga, transmissão de dados, internet móvel e fixa, por ocasião do excesso do limite da franquia contratada.

3 - Projeto de lei nº 462, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Declara de utilidade pública a "Associação Amando o Próximo - AAP", em Cruzeiro.

4 - Projeto de lei nº 463, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dá a denominação de "Kenji Negishi" à rotatória localizada no km 58 da Rodovia Prefeito Francisco Ribeiro Nogueira, no entroncamento com a Rodovia Kaoru Hiramatsu, em Mogi das Cruzes.

5 - Projeto de lei nº 464, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dá a denominação de "Suehiro Kano" à rotatória localizada no km 63 da Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro - SP 098, no entroncamento com a Estrada Fujitaro Nagao e Estrada Mogi - Taiapuê - SP 102, em Mogi das Cruzes.

6 - Projeto de lei nº 465, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dá a denominação de "Professora Julia Ferreira Arid" ao viaduto localizado no km 183+35 m da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em São José do Rio Preto.

7 - Projeto de lei nº 466, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Classifica Suzano como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 467, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Jacareí como Município de Interesse Turístico.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 457, de 2015, de autoria do deputado Jooji Hato. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Tosa Matsuri - Festival de Cultura Brasil-Japão", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 458, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Professora Heloisa de Castro Encarnação Pinto Barbosa" à escola estadual do Bairro do Itaguaçu, em Aparecida.

3 - Projeto de lei nº 459, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Acrescenta dispositivo na Lei nº 13.174, de 2008, e revoga a Lei nº 14.948, de 2013, que dispõe sobre a comercialização de banana "in natura" no Estado de São Paulo.

4 - Moção nº 24, de 2015, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009 (tramitando na Câmara dos Deputados sob nº 8045, de 2010), que revoga o atual Código de Processo Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 3.689, de 1941) e institui um novo, seja apreciado e aprovado com a maior brevidade possível.

5 - Moção nº 25, de 2015, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a

Proposta de Emenda Constitucional nº 352, de 2013, ou proposição de teor semelhante, seja aprovada com a maior brevidade possível, para que o número de partidos políticos com assento no Parlamento seja reduzido de forma expressiva.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 436, de 2015, de autoria da deputada Leci Brandão. Dispõe sobre a obrigatoriedade de universalização da aplicação das normas de saúde atinentes ao parto e nascimento no Estado.

2 - Projeto de lei nº 437, de 2015, de autoria da deputada Leci Brandão. Institui o Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento em todos os estabelecimentos de saúde do Estado.

3 - Projeto de lei nº 438, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Proíbe a guarda de chaves de agências de instituições financeiras por seus funcionários.

4 - Projeto de lei nº 439, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Dispõe no Estado de São Paulo sobre a proibição de transporte remunerado de passageiros em veículos particulares cadastrados a partir de aplicativos não registrados nos Órgãos e Departamentos Estadual e Municipal competentes a prestação de serviços de táxi no Estado.

5 - Projeto de lei nº 440, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 441, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Professora Ilza Nascimento Pintus" à Escola Técnica Estadual - ETEC de São José dos Campos, naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 442, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Professor João Teixeira Sampaio" à Escola Estadual localizada no Residencial Pereirinha, em Penápolis.

8 - Projeto de lei nº 443, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Francisco Eroides Quagliato" à ponte sobre o Rio Pardo localizada no km 31+410 m da Rodovia Orlando Quagliato, em Ourinhos.

9 - Projeto de lei nº 444, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Dom Celso Pereira de Almeida" ao trevo de entroncamento

localizado no km 32+433 m das Rodovias Raposo Tavares - SP 270, Transbrasiliana - BR 153 e Orlando Quagliato - SP 327, em Ourinhos.

10 - Projeto de lei nº 445, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Antonio Zaia" ao pontilhão, passagem inferior, localizado no km 7+230 m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo.

11 - Projeto de lei nº 446, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Engenheiro Antonio Celso da Cunha" ao viaduto, passagem superior, retorno, localizado no km 15+500 m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo.

12 - Projeto de lei nº 447, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Dorival Parmegiani" ao viaduto localizado no km 29+320 m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, passagem inferior, retorno, em Ourinhos.

13 - Projeto de lei nº 448, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Oliveiro Brasílio Bassetto" à ponte localizada no km 323+450 m da Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó - SP-225, em Santa Cruz do Rio Pardo.

14 - Projeto de lei nº 449, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Miguel Arnaldo Tosta" ao viaduto, passagem superior, retorno, localizado no km 10+888m da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo.

15 - Projeto de lei nº 450, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Obriga as escolas públicas estaduais a ter sistema de captação de água de chuva para as finalidades que especifica.

16 - Projeto de lei nº 451, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 452, de 2015, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Dá a denominação de "Elia Eid" à rotatória construída na Rodovia SP 304, Jornalista José Willibaldo de Freitas, que dá acesso à Avenida Guido Della Togna, em Novo Horizonte.

18 - Projeto de lei nº 453, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação do "Parque Estadual da Mata Maturi", na região do

Médio Pontal do Paranapanema.

19 - Projeto de lei nº 454, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Autoriza o Poder Executivo a instituir a disciplina "Educação Ambiental" na Educação Básica da rede escolar no Estado.

20 - Projeto de lei nº 455, de 2015, de autoria dos deputados Coronel Camilo e Coronel Telhada. Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 24, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera artigos da Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

2 - Projeto de lei nº 423, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a criação do "Parque Estadual do Cervo do Pantanal Promissense", em Promissão.

3 - Projeto de lei nº 424, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Orides Corrêa" ao viaduto localizado no km 410+400 m da Rodovia Miguel Jubran - SP 333, em Assis.

4 - Projeto de lei nº 425, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dá a denominação de "Kenji Negishi" à rotatória localizada no km 57 da Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro (SP 98 - Mogi-Bertioga), em Mogi das Cruzes.

5 - Projeto de lei nº 426, de 2015, de autoria da deputada Leci Brandão. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.

6 - Projeto de lei nº 427, de 2015, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Autoriza o Poder Executivo a estabelecer convênios com diferentes entidades especializadas no tratamento e acompanhamento de crianças autistas.

7 - Projeto de lei nº 428, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Arnaldo Constante" ao dispositivo de acesso ao pontilhão FAPI, localizado no km 25+430 m da Rodovia Orlando Quagliato, em

Ourinhos.

8 - Projeto de lei nº 429, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a instalação de um Posto de Atendimento do POUPATEMPO em Adamantina.

9 - Projeto de lei nº 430, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Circuito de Pesca Esportiva", que se realiza anualmente em todo o território do Estado de São Paulo.

10 - Projeto de lei nº 431, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Júlio César Rolim de Moura" à ponte localizada no km 282,930m da Rodovia Castelo Branco - SP 280, em Iaras.

11 - Projeto de lei nº 432, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Tochimitu Varicoda" à ponte localizada no km 98,900 m da Rodovia SP 127, em Cerquilha.

12 - Projeto de lei nº 433, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "João Antonio Fischer Filho" à ponte sobre o Rio Pardo localizada no km 281,990m da Rodovia Castelo Branco - SP 280, em Iaras.

13 - Projeto de lei nº 434, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º da Lei nº 15.658, de 2015, que dispõe sobre a comercialização de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e óculos de sol por ambulantes ou em estabelecimentos que não sejam devidamente credenciados para tal finalidade.

14 - Projeto de lei nº 435, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 3730, de 1983, que dispõe sobre a cessão de dependências de unidades escolares estaduais para atividades de caráter cultural ou para práticas recreativas ou desportivas.

15 - Moção nº 22, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério dos Transportes, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, a imediata adoção das providências necessárias, a fim de, atendendo à demanda que muito aflige a população afetada, ser construída uma passarela no km 197/198 da Rodovia Presidente Dutra, sentido São Paulo - Rio de Janeiro, entre as cidades de Arujá e Santa Isabel.

16 - Moção nº 23, de 2015, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei 4330/2004, que busca regularizar a precarização do trabalho no Brasil, não seja efetivado, porque o desenvolvimento econômico e social do nosso país não pode ser construído sobre a miséria e a morte dos trabalhadores brasileiros.